

Valorização do mínimo pode ameaçar arcabouço fiscal

Regra prevê reajuste por inflação mais crescimento do PIB de dois anos antes



O ministro Fernando Haddad durante reunião de ministros da Fazenda do G7, em Niigata, Japão

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Plataforma de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a política de valorização do salário mínimo pode pressionar a sustentabilidade do arcabouço fiscal desenhado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) nos próximos anos.

É possível que o salário mínimo avance num ritmo mais célere do que a regra geral das despesas, o que tem sido apontado por economistas como uma incongruência entre políticas. A medida deve custar R\$ 82,4 bilhões entre 2024 e 2026, segundo estimativa do governo. Só no ano que vem, o

cálculo indica um gasto extra de R\$ 18,1 bilhões, ainda não contemplado na proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Nos anos seguintes, o impacto será ainda maior: R\$ 25,2 bilhões em 2025 e R\$ 39,1 bilhões em 2026.

A proposta de Lula resgata a fórmula já usada em gestões petistas: reajuste pela inflação mais a variação do PIB de dois anos antes. Já a regra fiscal diz que o limite de despesas cresce o equivalente a 70% da alta real das receitas (que está diretamente ligada ao ritmo da atividade econômica), respeitando um teto de alta real de 2,5% ao ano. Em um cenário de aceleração

do PIB, o descompasso entre a correção do piso nacional e a regra fiscal ficaria ainda mais evidente, dado que o crescimento dos salários e benefícios ultrapassaria cada vez mais a correção do limite de gastos.

O ex-secretário do Tesouro Nacional Jefferson Bittencourt, economista da ASA Investments, destaca que dois terços dos benefícios do INSS equivalem a um salário mínimo. Além disso, há outras rubricas que são influenciadas como abono salarial e seguro-desemprego. "Mais de 50% de toda a despesa do Orçamento é indexada ao salário mínimo", afirma. "E o problema é que, pela regra, a alta real vai

ser bastante grande em 2023."

O projeto de lei enviado pelo governo ainda precisa ser votado pelo Congresso, mas, se prevalecer o mecanismo proposto, o ganho real do piso no ano que vem tende a ficar em 2,9% — tamanho da variação do PIB no ano passado. O percentual supera o teto de 2,5% de correção do limite de despesas acima da inflação.

Quando uma despesa cresce de forma mais acelerada do que a ampliação do teto em si, outros gastos precisam compensar esse movimento. O dilema é semelhante ao que foi visto sob o teto de gastos, regra fiscal aprovada no governo Michel Temer (MDB)

e duramente criticada pelos petistas. O teto era mais rígido, ao impedir qualquer tipo de correção acima da inflação. A regra se mostrou insustentável em poucos anos.

A diferença agora é que o arcabouço proposto por Haddad garante uma margem de manobra maior no Orçamento ao se apropriar do espaço adicional criado pela PEC aprovada na transição de governo e também permitir algum avanço acima da inflação. No envio da proposta de LDO 2024, o governo indicou um espaço de R\$ 196,4 bilhões para despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos públicos. Nos anos seguintes, a previsão é semelhante, sempre superior a R\$ 190 bilhões.

Para Bittencourt, no entanto, a folga pode ficar bem mais estreita já nos próximos anos por causa não só da dinâmica de correção do salário mínimo, mas também da instituição de um mínimo para investimentos e da mudança nos pisos de saúde e educação. "É possível que o governo sinta desconforto [com o nível de discricionárias] ainda neste mandato", afirma.

Nas contas do ex-secretário, a nova regra fiscal pode garantir um espaço extra de R\$ 125 bilhões a R\$ 165 bilhões no ano que vem, considerando o piso (0,6%) e o teto máximo (2,5%) de crescimento do limite de despesas. A nova margem não poderá ser consumida livremente pelo governo, uma vez que ela também deve acomodar o aumento nos gastos obrigatórios. Desse valor, R\$ 71,3 bilhões serão consumidos apenas pela correção dos benefícios previdenciários e assistenciais pelo INPC. O ganho real do salário mínimo demandará outros R\$ 8,1 bilhões.

O presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, minimiza as preocupações com o tema. "A regra [do salário mínimo] é similar à do primeiro governo Lula, e foi exitosa. Com certeza será uma política de distribuição de renda, que trará melhoria no ambiente econômico, com aumento de consumo."

O efeito da correção dos mínimos constitucionais também foi alvo de alerta do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos. Ele calcula que o aumento será de R\$ 33,4 bilhões, sendo R\$ 28,8 na saúde e R\$ 4,54 bilhões no mínimo da educação.

Entenda o debate sobre o arcabouço e o salário mínimo

O que está em discussão?

- O governo propôs um arcabouço que limita o crescimento dos gastos e prevê margem de tolerância para cumprir metas de resultado primário. Em caso de descumprimento, há como sanção um avanço menor do limite de despesas no ano seguinte

O que diz a Constituição?

- A PEC Emergencial, aprovada em 2020, prevê que o governo pode dispor sobre regras voltadas à sustentabilidade da dívida pública em lei complementar. Há o entendimento de que essa lei é o novo arcabouço fiscal. Na mesma emenda constitucional, o artigo 163 diz que a lei voltada à sustentabilidade da dívida pública pode autorizar o acionamento de gatilhos listados em outro dispositivo

Quais são esses gatilhos?

- Esse artigo prevê uma série de vedações, como concessão de novas renúncias e ampliação de gastos com pessoal. Um dos itens proíbe a adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da inflação
- O salário mínimo é referência para dois terços das aposentadorias e pensões pagas pelo INSS, além de guiar uma série de outras despesas obrigatórias. Por isso, sua correção é alcançada pela trava do gatilho constitucional

Como isso afeta os planos de Lula?

- O governo Lula apresentou um projeto de lei que institui uma política de valorização do salário mínimo, com correção pela inflação mais a variação do PIB de dois anos antes. Se o gatilho for de fato incluído na proposta, o Executivo poderia ficar proibido de conceder reajuste acima da inflação em caso de descumprimento da meta fiscal

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 11